REPÚBLICA PORTUGUESA

MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião das comemorações do dia do EMGFA

Lisboa, 03 de setembro de 2019

Vocativos

Ao longo dos últimos meses tenho tido a oportunidade de me reencontrar com a figura histórica de D. Nuno Álvares Pereira, de forma recorrente. A ele aludi nas comemorações do dia do Combatente no Mosteiro da Batalha; mais tarde, a propósito da batalha dos Atoleiros; e hoje, aqui, novamente. Uma personalidade incontornável da gesta nacional que continua a concitar um imaginário riquíssimo de liderança, visão estratégica e carácter, na consolidação da Nação, em momentos cruciais da sua História.

A sua escolha como patrono do Estado-Maior-General das Forças Armadas e as comemorações desta efeméride encorajam uma reflexão sobre o papel estruturante que os conselheiros militares prestam ao país na sua articulação com o poder político. O Condestável do Reino foi uma figura ímpar na governação do D. João I. Com Nuno Álvares Pereira, consolida-se uma visão do poder régio gradualmente afastado das frentes de batalha e, por isso, alavancado numa relação de absoluto compromisso, confiança e lealdade entre o soberano e os seus líderes militares. As lições da história correm sempre o risco de anacronismo, e, no entanto, é na história que

encontramos as melhores fontes de inspiração para os desafios da contemporaneidade.

Hoje, Portugal conta com uma estrutura militar de aconselhamento ao poder político e de planeamento e resposta operacional, que nos garante coerência e uma utilização eficaz dos nossos recursos. A participação portuguesa na criação da NATO inicia a consolidação gradual do controlo político sobre as Forças Armadas, mas também a sua maior integração e coerência interna, sob a alçada de um Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas. Este processo foi paulatina e desigualmente distribuído ao longo dos anos, mas é sobretudo no regime democrático que se consolida a vocação de articulação e coordenação que temos no Estado-Maior-General das Forças Armadas, uma vocação sempre merecedora de aprimoramento na medida em que tal seja exigido por novas circunstâncias que surjam.

Os desafios com que nos deparamos exigem a coordenação de todos os que têm responsabilidades na Defesa Nacional. E porque uma visão integrada das necessidades e das capacidades da Defesa Nacional é imprescindível para a tomada de decisão política, o papel do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas como principal conselheiro militar do Ministro da Defesa Nacional é de relevância central no nosso sistema. Este trabalho de diálogo e de coordenação tem sido constante entre mim e o Sr. Almirante CEMGFA e, por isso mesmo, quero reiterar a importância que atribuo ao trabalho por ele desenvolvido.

De particular visibilidade e eficácia foi a ativação da Força de Reação Imediata na resposta nacional à crise em Moçambique, após a passagem do furação Idai, ou na situação de crise energética que, durante o mês de agosto, justificou o empenhamento dos militares para apoiar o abastecimento energético do país. Destacaria muito especialmente a projeção internacional das nossas Forças Nacionais Destacadas, num leque amplo de missões das Nações Unidas, da NATO e da UE, que mobilizou

cerca de 50 000 militares ao longo das duas últimas décadas. Trata-se de um número que é significativo na nossa sociedade. O comando das Forças Nacionais Destacadas tem sido o terreno por excelência para se articular o papel primordial do Estado-Maior-General das Forças Armadas com o contributo insubstituível dos ramos. Esta experiência tem vindo a criar lastro e representa hoje um valiosíssimo património de conhecimento operacional para as nossas Forças Armadas.

Os desafios atuais e futuros exigem que continuemos a trabalhar de forma muito próxima, nomeadamente na identificação de soluções para a importante questão dos efetivos e da atratividade da carreira militar, aproximando a Defesa Nacional da sociedade; há bons exemplos deste tipo de trabalho, e posso citar por exemplo iniciativas como o "Alista-te por um dia" ou o Dia da Defesa Nacional, mas precisamos de ser mais ambiciosos na vontade de reverter um longo processo de afastamento e desconhecimento mútuo entre as nossas Forças Armadas e a sociedade portuguesa. E há diversos outros desafios que merecem atenção, como

sejam os processos para garantirmos a sustentabilidade da saúde militar; ou os mecanismos mais adequados para promover as nossas indústrias de defesa neste quadro de rápida mutação no plano europeu.

O desenvolvimento das nossas capacidades de ciberdefesa constituem também uma prioridade, contribuindo para a segurança do ciberespaço nacional e garantindo respostas ágeis e integradas. O trabalho do Estado-Maior-General das Forças Armadas é a âncora do que fazemos nesta matéria, nomeadamente através da gestão do Centro de Ciberdefesa. Estamos atualmente a trabalhar numa Estratégia Nacional de Ciberdefesa que nos permita uma visão de conjunto e que reforce a nossa segurança, projetando Portugal como um elo seguro no quadro internacional.

Por outro lado, devemos consolidar a articulação entre a Defesa Nacional e as outras forças de segurança de que o Estado dispõe, garantindo coerência de ação nacional, dentro dos parâmetros definidos pela Constituição, e dando aos portugueses as melhores respostas para a sua defesa e

segurança. Penso que as boas relações institucionais que existem e a visão partilhada entre as nossas instituições estão bem espelhadas nas condecorações que hoje serão impostas.

O novo ciclo de Planeamento Estratégico da Defesa Nacional, que cada vez mais parece ser oportuno desenvolver, nomeadamente com a revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e os restantes conceitos operacionais, terá de contar com um contributo central do Estado-Maior-General das Forças Armadas e deverá refletir essa visão integrada de uma Defesa Nacional moderna, devidamente equipada e atenta aos desafios com que o país se depara.

Por todas estas razões, um Estado-Maior-General das Forças Armadas forte e claramente articulado com o poder político, com os Ramos, e com uma rede de parceiros operacionais nacionais e internacionais, serve os interesses do país. É para esse objetivo que devemos todos continuar a trabalhar.

O dia do EMGFA é um momento para nos congratularmos pelo trabalho feito, e para deitar o olhar para um horizonte sempre incerto e complexo. É com muita satisfação que posso partilhar a minha convicção que o EMGFA estará, como sempre tem estado, plenamente à altura dos desafios sempre novos e renovados que a fluidez internacional nos traz.

Muito obrigado.